

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE ANGOLA
CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Núcleo de Estudos Básicos da Economia Privada

BARÓMETRO DE CONJUNTURA

SEGUNDO TRIMESTRE DE 2009



Luanda, Abril de 2010

1 - APRESENTAÇÃO

O âmbito do estudo continuou restrito à província de Luanda e continua igualmente a ser elaborado com base numa amostra de 105 empresas, seleccionadas de forma aleatória entre os vários sectores de actividade económica, o que não compromete a generalização dos resultados, por razões já referidas em números anteriores.

Das 105 empresas contempladas no presente estudo, 53 são pequenas (10-75 trabalhadores), 14 médias (76-250 trabalhadores) e 38 grandes (+ de 250 trabalhadores). Esta amostra representa uma alteração qualitativa com significância, face à utilizada nos Barómetros anteriores. Com efeito, foram, pela primeira vez, incluídas 16 empresas do sector financeiro, 8 do sector industrial e 8 da área de consultoria. Esta mudança permite uma muito maior aderência à realidade e a generalização dos resultados apresenta-se com um menor grau de risco. Por outro lado, a informação saiu mais enriquecida com a introdução das rubricas Transferência de Divisas para o Exterior, Água (custos) e Obtenção de Vistos.

Os gráficos reflectem a natureza dos impactos (positivos, neutrais e negativos) das opiniões dos agentes económicos privados sobre o ambiente de negócios que condicionam o desenvolvimento das suas actividades e não o comportamento das variáveis analisadas, tomadas de *per se*.

O presente barómetro engloba as reacções dos empresários registadas no segundo trimestre de 2009 e, numa forma global, o seu indicador sintético apresentou uma evolução negativa significativa, a atestar a **situação de mal-estar económico** derivada dos resultados da política monetária restritiva adoptada pelo Governo.

O Barómetro de Conjuntura do segundo trimestre de 2009 foi elaborado no âmbito do programa de cooperação científica e técnica entre o CEIC e o CMI, cujos projectos abarcam áreas económicas, sociais e políticas e tem conduzido a resultados bastante úteis para a compreensão da situação nacional naqueles domínios.

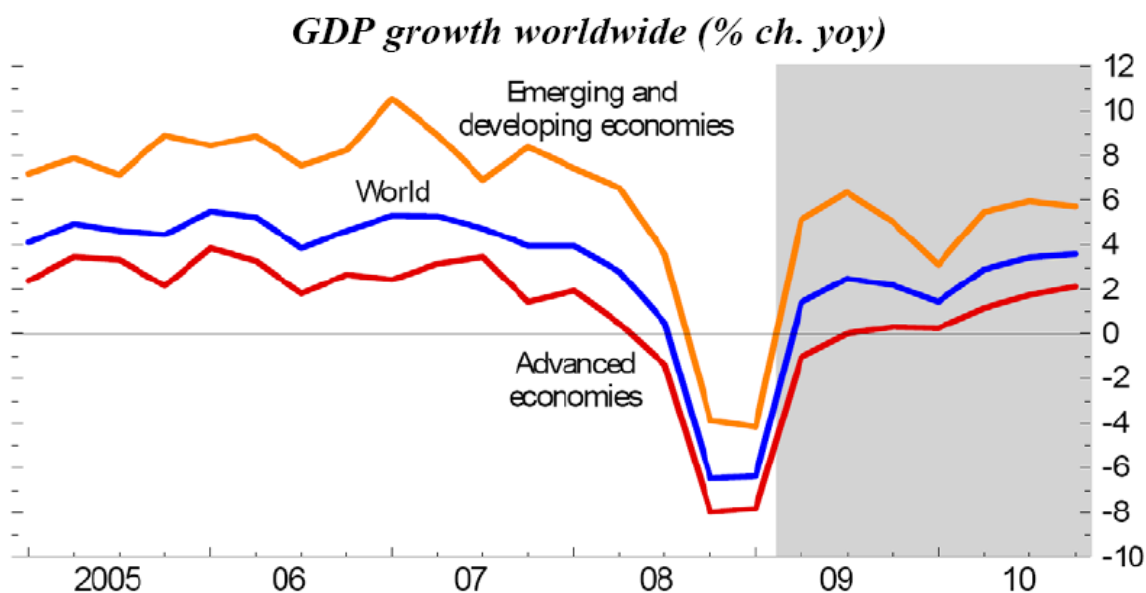
2.- CONJUNTURA ECONÓMICA INTERNACIONAL

3.1. Cenário Económico

A economia mundial passa por um momento de fortes ajustamentos estruturais, com os primeiros sinais de recuperação a não tirarem o foco dos líderes mundiais para a realidade e necessidade de se reforçar a regulação em diversos sectores de actividade, com especial destaque para a banca, indústria automóvel, bem como o sector imobiliário.

De diferentes pontos do globo vão surgindo propostas de regulação para que os erros do passado não voltem a ser cometidos. Maior centralização das autoridades de supervisão nos mercados financeiros norte-americanos, criação de uma instituição de controlo de risco sistémico a nível do sector bancário europeu, limites ao crescimento de bancos considerados “*too big to fail*”¹ são algumas das propostas que vão sendo discutidas e esboçadas nos principais centros de decisão internacionais.

¹ Bancos demasiado grandes para falir dada a sua dimensão e o impacto económico e social que o seu colapso teria sobre o sistema financeiro nacional/mundial.



Fonte: Research Banque Privée Edmond Rothschild

3.1.1. EUA

Epicentro da crise financeira aparenta já estar a passos largos da recuperação com indicadores como as vendas a retalho, as vendas de casas novas, a produção industrial e a confiança dos consumidores a registarem francas melhorias.

A principal preocupação prende-se agora com a profundidade do seu défice orçamental e com o impacto que a saúde das contas públicas norte-americanas poderá ter sobre a sua capacidade de se financiar, mesmo junto do mais voraz comprador de dívida pública norte-americana – a China – que tem demonstrado em diversas ocasiões preocupação diante da possibilidade dos EUA estar a emitir moeda para financiar o seu défice, diluindo assim o valor das reservas internacionais líquidas chinesas.

Não obstante isso, a moeda norte-americana demonstrou mais uma vez a sua capacidade de fazer face aos choques externos, resistindo inclusive aos especuladores, que aproveitaram o diferencial de juros entre os EUA e algumas economias emergentes, como a África do Sul, a Nova Zelândia e o Brasil, para realizar mais-valias mediante operações de *carry trade*².

3.1.2. Europa

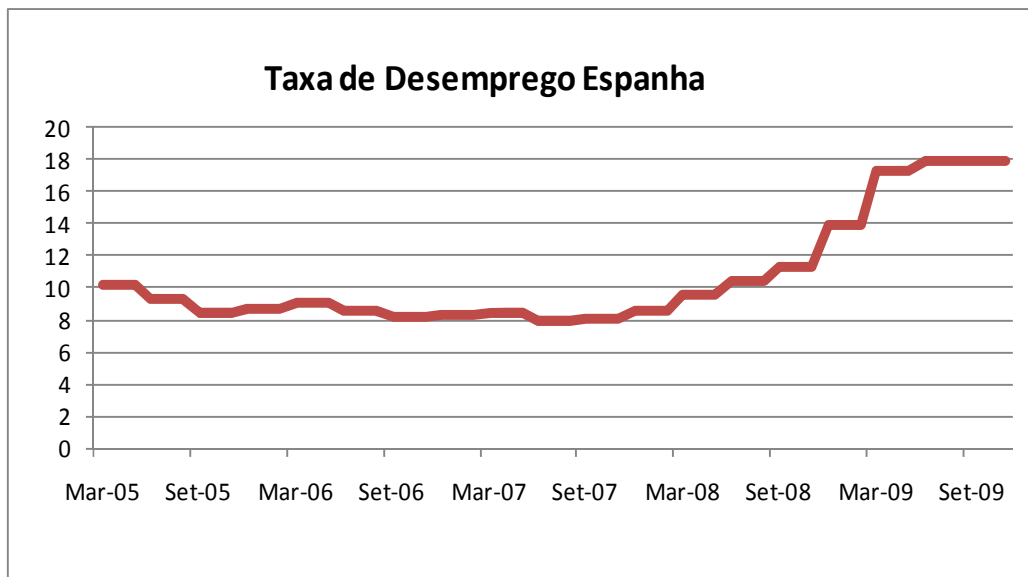
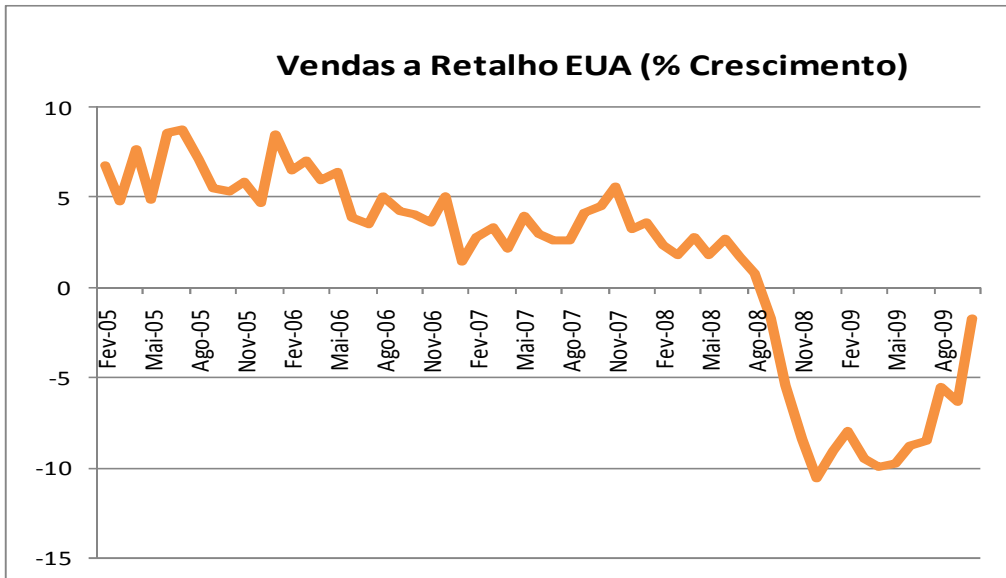
Amplamente criticada pelo maior conservadorismo no combate aos efeitos da crise financeira, a Europa surpreendeu o mundo ao sair da recessão primeiro que os EUA com países como a Alemanha, a França e Portugal a registarem taxas de crescimento do Produto Interno Bruto positivas – se bem que inferiores a 1% - no segundo trimestre do ano.

A Alemanha fortemente beneficiada pelo programa de estímulo à compra de automóveis (e não só), a França com os seus benefícios fiscais e o Reino Unido, a facilitar o acesso a liquidez por parte dos bancos comerciais e com isso incentivar a concessão de crédito.

² Operações de *carry trade* consistem basicamente no endividamento por parte dos agentes em moedas com taxas de juro mais baixas para investir em activos denominados em moedas de países com taxas de juros mais altas.

A Espanha é que segue enfrentando grandes dificuldades, nomeadamente, com a contracção do sector imobiliário, o forte aumento do crédito malparado e a taxa de desemprego nos dois dígitos.

À Espanha juntam-se os países da Europa do Leste, que enfrentam grandes défices orçamentais e consequentemente maiores dificuldades em financiar os seus programas de incentivo económico.



3.1.3. Japão

A economia japonesa que já vinha sendo assombrada pelo fantasma da estagnação económica - a autoridade monetária do país procedeu a sucessivos cortes na taxa de juro de referência colocando-a nos 0,5% em 2007 – foi duramente afectada pela deterioração do clima económico mundial, nomeadamente, pela contracção do crédito ao consumo, pelo maior pessimismo dos consumidores quanto às perspectivas económicas futuras e consequente redução da apetência ao consumo a nível mundial. Observou-se concomitantemente uma

progressiva e significativa queda nas exportações japonesas, agregado macroeconómico, com forte contribuição para a formação do PIB japonês.

Contudo, a semelhança do que aconteceu na Alemanha, nos EUA e na China, o governo japonês não se limitou a assistir incólume à derrocada da sua economia, avançando assim com programas de incentivo à compra de bens duradouros, de forma a estimular o consumo interno. Os incentivos vão desde a compra de automóveis a electrodomésticos. Os efeitos não poderiam ter sido melhores e observou-se a taxa de crescimento anualizada do Produto Interno Bruto japonês passar de -12% no primeiro trimestre para 2,7% no segundo trimestre do ano, com a recuperação do consumo doméstico a compensar a queda nas exportações.

O principal desafio das autoridades japonesas, que entretanto colocaram a taxa de juro de referência nos 0,10%, prende-se com evitar uma excessiva valorização do iene (moeda local) que seria ainda mais penalizadora das suas exportações. Para tal, pretendem reforçar a curto prazo as suas intervenções no mercado cambial, comprando divisas e colocando mais ienes em circulação.

3.1.4. Mercados Emergentes

Nunca tinham soado tão alto as vozes que defendem que serão as economias emergentes a liderar o crescimento económico mundial nas próximas décadas. Países como a China, a Índia e o Brasil apesar de terem registado um abrandamento na sua actividade, conseguiram a custo de políticas monetárias e orçamentais expansionistas estimular o consumo interno e aumentar o investimento público de forma a compensar a forte redução das importações dos países desenvolvidos.

O Banco do Brasil colocou a taxa de juro de referência – Selic – em mínimos históricos (9.25%) e a China gastou cerca de 585 mil milhões de dólares em investimentos em infra-estruturas e medidas de incentivo económico.

Países como a Singapura, a Tailândia e a Coreia do Sul também avançaram com medidas de incentivo económico, com destaque para o mercado monetário (Observou-se o governo da Coreia do Sul anunciar um plano de estímulo fiscal - de corte de impostos e de redução dos gastos públicos -, no valor de 11 mil milhões de dólares e o banco central do país cortar a taxa de juro de referência cinco vezes consecutivas).

3.2. Mercados Financeiros Mundiais

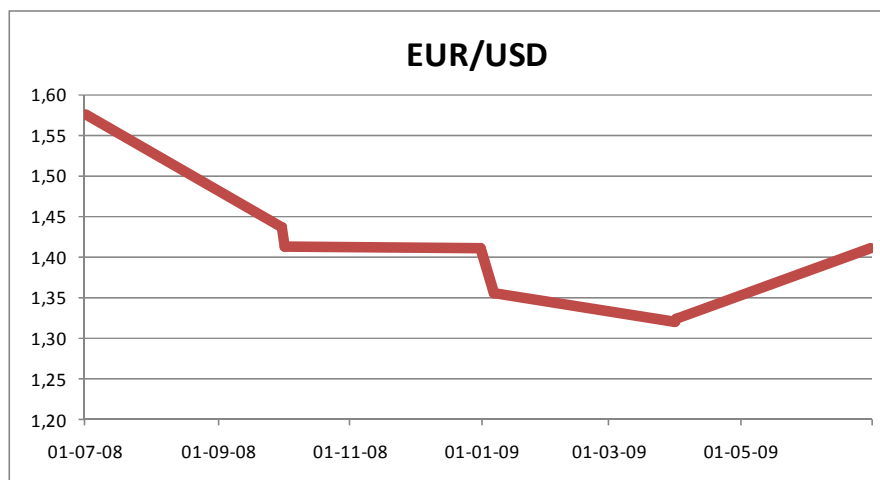
Verificou-se no segundo trimestre o retorno do optimismo, com os investidores a tornarem a investirem em activos com um maior grau de risco. Os índices de acções registaram assim fortes valorizações, com o CSI 300 (China), o RTS (Rússia) e o Bovespa (Brasil) a valorizarem mais de **10%**.

Índices Acções	08Q3	08Q4	09Q1	09Q2
Dow Jones Ind. (EUA)	-8,67%	-20,11%	-15,98%	13,39%
Nikkei 225 (Japão)	-16,37%	-22,07%	-10,70%	20,64%
FTSE 100 (Inglaterra)	-14,35%	-10,48%	-17,83%	14,11%
DAX 30 (Alemanha)	-10,02%	-20,54%	-19,21%	21,32%
Bovespa (Brasil)	-29,21%	-22,64%	-2,08%	28,25%
FTSE Xinhua (China)	-24,72%	-14,74%	-8,44%	12,21%

Variações Calculadas com base na cotação de fecho do 1º dia útil do trimestre em análise e último dia útil do referido trimestre.

Fonte: Reuters

As moedas de países com taxas de juros mais altas, como o rand sul-africano, o dólar neozelandês, o real, entre outras, também foram beneficiadas pelo retorno do apetite pelo risco. O USD/ZAR chegou a transaccionar abaixo dos 7,70 e o USD/BRL transaccionou abaixo dos 1,91.



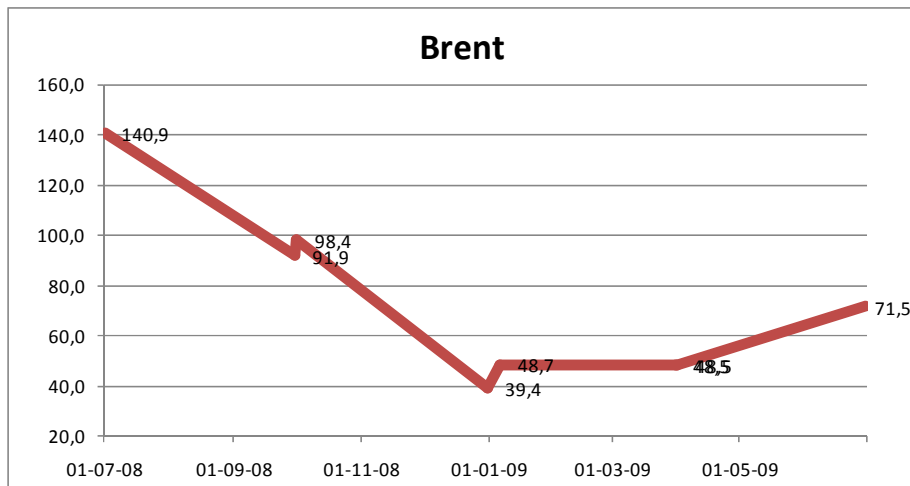
A nível do mercado monetário, observaram-se as taxas de juros seguirem o seu movimento descendente, com destaque para a Libor (London Interbank Offered Rate) USD e GBP; e para a Euribor (Euro Interbank Offered Rate) que reflectiam os cortes efectuados às taxas de juro de referência das regiões.

Taxas Juro MM	08Q3	08Q4	09Q1	09Q2
TBC AKZ 6M	2,91%	0,20%	0,13%	-40,99%
Libor USD 6M	23,32%	-55,42%	-1,69%	-35,61%
Libor GBP 6M	3,42%	-53,47%	-36,59%	-24,76%
Libor JPY 6M	-0,24%	-9,79%	-18,93%	-11,45%
Euribor 6M	3,61%	-44,21%	-44,00%	-20,84%
ZAR 6M	13,41%	-12,22%	-23,06%	-8,28%

Variações Calculadas com base na cotação de fecho do 1º dia útil do trimestre em análise e último dia útil do referido trimestre.

Fonte: Reuters e BNA

As *commodities* registaram uma ligeira recuperação, beneficiadas pelo aumento da produção industrial nas economias emergentes e consequente procura maior por matérias-primas. A desvalorização do dólar face às suas principais contrapartes também contribuiu para o aumento dos preços das matérias-primas, com os investidores a optarem por apostar neste mercado num cenário de juros baixos a nível do mercado obrigacionista.



2. – ANÁLISE SÍNTESE DO BARÓMETRO

De acordo com as informações recolhidas no âmbito do inquérito de conjuntura incidente no segundo trimestre de 2009, os agentes económicos privados viram agravadas as condições de exercício da sua actividade.

No período em referência, a economia angolana esteve sujeita às duras consequências da crise financeira internacional, transmitidas através da quebra das receitas externas e fiscais, da diminuição das exportações de petróleo e de outros produtos (embora este conjunto de bens tenha uma posição marginal na Balança Comercial do país) e da redução dos investimentos privados e públicos.

Deste modo, não foi possível manter o ritmo de crescimento patenteado em períodos homólogos anteriores. De acordo com estimativas do CEIC, o PIB, no segundo trimestre de 2009, deve ter-se retraído cerca de 2,25%, como consequência da actuação dos factores restritivos do crescimento, como o investimento, as exportações e o consumo público (no mesmo período de 2008, a economia nacional tinha apresentado uma taxa de variação de 4,7%). Deste modo, as dinâmicas de crescimento apresentadas desde há mais de 3 anos consecutivos não se registarão em 2009, nem mesmo em 2010 (recorde-se que a taxa de crescimento assinalada em 2008 revelou já uma certa contracção no seu crescimento, sintomas da crise financeira mundial, mas, também, das medidas restritivas de crédito e de acesso às cambiais que as autoridades monetárias do país resolveram tomar em defesa da estabilidade das reservas internacionais e da morda nacional.

Tendo com referência as informações do Banco Nacional de Angola, as reservas internacionais líquidas do nosso país diminuíram 39,4% entre Novembro de 2008 (o valor mais elevado desde a independência, 20059,15 mil milhões de dólares, cerca de 11 meses de importações de mercadorias) e Junho de 2009 (12148,71 milhões de dólares). Em valores absolutos, operou-se uma deterioração de 7972 milhões de dólares (uma média mensal de diminuição de quase mil milhões de dólares).

A redução drástica do preço do petróleo e o efeito OPEP respondem por uma percentagem significativa da redução verificada. Porém, deve haver outras causas não visíveis apenas pela análise dos dados, como exportação ilegal de capitais,

sobrefacturação das importações, fraude nas importações (importações pagas com cambiais e não entradas no território), aplicações financeiras internacionais menos conseguidas, etc.

As autoridades monetárias acrescentaram a estas razões o aparente excesso de liquidez em kwanzas e a atenuação do rigor na verificação das regras prudenciais de fiscalização do sistema bancário.

Os participantes do painel de Conjuntura da Universidade Católica de Angola, no concernente ao segundo trimestre, mostraram-se apreensivos quanto ao comportamento da economia nacional em 2009, revelando índices de confiança negativos e atitudes de elevada precaução quanto às decisões de investimento e de criação de emprego. O atraso no pagamento de muitas obras e projectos e as dificuldades de acesso às cambiais para importações estão a consequenciar receios concretos sobre as expectativas de investimento e de aumento de produção. Os valores dos diferentes índices do barómetro assim o provam.

Do ponto de vista da Universidade Católica a preocupação centra-se nos reflexos em 2010 desta situação de contracção do crescimento económico que deverá ocorrer em 2009, segundo a opinião dos entrevistados. De que se precisa para se retomar o crescimento económico a dois dígitos? Seguramente – e como conclusão do pessimismo revelado pelos empresários entrevistados – dum ajustamento da política monetária e cambial às reais necessidades de crescimento da economia, reduzindo-se a margem de especulação através do incremento da concorrência e da abertura da economia.

Outro constrangimento referido pelos empresários do Painel de Conjuntura da Universidade Católica é o do acesso ao crédito. De resto, este item é recorrente nos diferentes Barómetros de Conjuntura já elaborados. Compreende-se a sua anotação pelos agentes económicos privados quando se verificam restrições na política monetária do Banco Central. A taxa geral de crédito à economia tem evoluído muito positivamente desde 2005, ano em que a respectiva taxa foi de apenas 2,6% do PIB. Em 2006, 2007 e 2008 o seu valor subiu para 4,2%, 11,2% e 13,7% respectivamente.

Como se anotarà mais adiante, os entrevistados atribuíram uma nota negativa às condições de acesso ao crédito, em particular o crédito interno. Estas opiniões contrastam com as informações monetárias do Banco Nacional de Angola, que assinalam uma taxa de crescimento de 12,3% entre Dezembro de 2008 e Junho de 2009 do stock de crédito à economia (equivalente a um incremento em valor absoluto de 1404,1 milhões de dólares). Apenas com as opiniões qualitativas recolhidas pelo Barómetro não são suficientes para se encontrarem justificações para a contradição com as informações quantitativas do Banco Central. Provavelmente a queixa dos empresários do Painel de Conjuntura, quanto à dificuldade no acesso ao crédito, está mais relacionada com o tráfico de influências. Há empresários que não conseguem fazer parte do núcleo de acesso privilegiado aos empréstimos bancários.

O indicador sobre a situação social em Angola tem apresentado, desde Maio de 2006, valores negativos na apreciação dos empresários do Barómetro. Inclusivamente, entre Maio de 2007 e Março de 2009, os empresários apontaram para uma degradação evidente da situação social no país (o indicador passou, neste período, de -0,01375, para -0,03). Lidando os empresários com os problemas sociais da massa de empregados, a

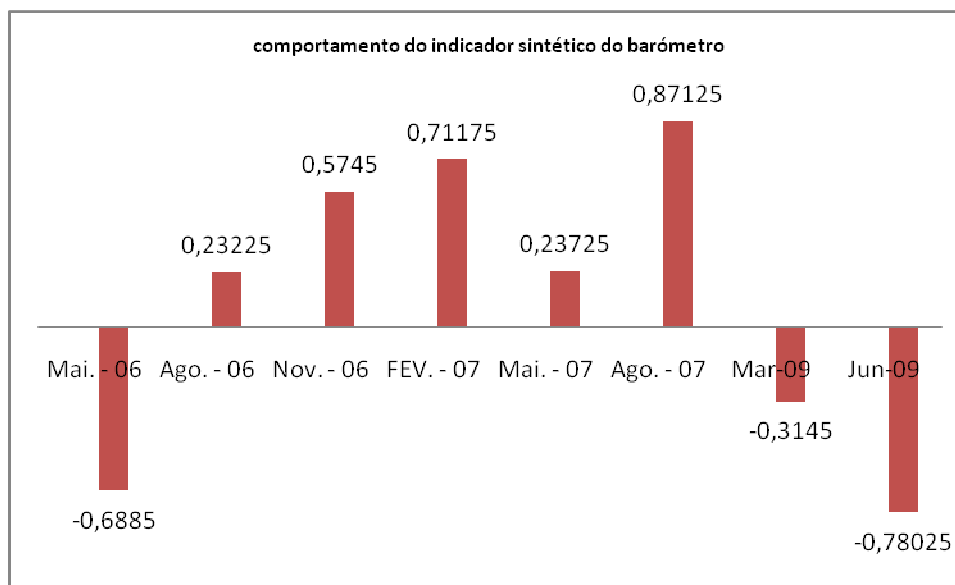
justificação para esta opinião poderá, talvez, ser dada pelo elevado índice de pobreza no país (que o crescimento económico ainda não conseguiu reduzir de forma sustentada) e as condições de vida da maioria da população. As expectativas negativas, do seu ponto de vista, quanto à criação líquida de emprego, podem ser outra das razões para a inquietação dos agentes económicos.

Surpreendentemente, porém, o indicador social registou um valor positivo – ainda que pequeno – no segundo trimestre de 2009, justamente num ambiente de paralisação de muitas obras de reconstrução de infraestruturas e do consequente despedimento de pessoal. É consabido que a melhoria das condições de vida da população potencia as condições de crescimento económico sustentável, evitando-se situações de tensão social prejudiciais aos equilíbrios básicos da sociedade.

São os aspectos sociais que o Governo tem de tratar numa forma mais profunda, sob pena de as dinâmicas de crescimento económico se atenuarem significativamente no futuro, sem que a população tenha tido os correspondentes benefícios, sobretudo depois dos sacrifícios inerentes a mais de 27 anos de guerra civil. A questão da distribuição do rendimento é, provavelmente, a mais importante para a redução da pobreza. Claramente que o crescimento económico é insuficiente para se reduzir significativamente a pobreza pelos mecanismos de mercado. Os investimentos tendem a ser cada vez mais capital/tecnologia intensivos e cada vez menos geradores de emprego. Portanto, os mecanismos de repartição *ex-post* do rendimento nacional encontram-se, à partida, inquinados pela natureza do investimento e se não forem alterados pela política social a melhoria das condições de vida da maioria da população não se verificará. Trata-se de, por esta via, se alterar, em certa medida, a natureza capital intensiva dos investimentos. Outra forma de o Governo melhorar os mecanismos de repartição do rendimento é por intermédio de uma intervenção *ex-ante*, modificando os activos na posse da população pobre (educação, formação profissional, saúde, micro-crédito, etc.).

4.-ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2009

Os resultados obtidos com a pesquisa empresarial confirmam, no essencial, as dificuldades de funcionamento da economia nacional no segundo trimestre de 2009. O ambiente empresarial observado pelo Barómetro durante esse período é, essencialmente, de pessimismo e quebra de confiança na política económica do Governo. Esta situação está particularmente expressa pelo Indicador da Situação Económica que registou um valor significativamente negativo: -0,78 (contra -0,3 no primeiro trimestre). Este valor destaca-se, ainda mais, se comparado com o valor do índice da situação económica calculado em Agosto de 2007 (+0,852), período de grande euforia dos agentes económicos e de elevado crescimento económico.



As informações estatísticas oficiais sobre as componentes macroeconómicas do que enquadram os comportamentos empresariais constam da tabela seguinte.

AGREGADOS MACROECONÓMICOS

AGREGADOS	2º Trimestre 2007	2º Trimestre 2008	2º Trimestre 2009
Taxa de inflação acumulada (%)	5,0	5,5	6,2
Taxa de câmbio de referência (USD/Kz)	74,97	75,00	77,81
<i>Spread</i> cambial	1,4	0,1	12,03
Vendas acumuladas líquidas divisas (10 ⁶ USD)	1095,0	1837,8	1930,7
Stock de Reservas Internacionais Líquidas (10 ⁶ USD)	9605	13354	12142
M2 (10 ⁶ kwanzas)	687862,6	1092570,2	1724783,9
Stock de crédito à economia (10 ⁶ USD)	5088,0	8708,1	12812,5
Depósitos a prazo moeda nacional /estrangeira (10 ⁶ USD)	1909	2952	4550

FONTE: Banco Nacional de Angola, Direcção de Estudos e Estatística.

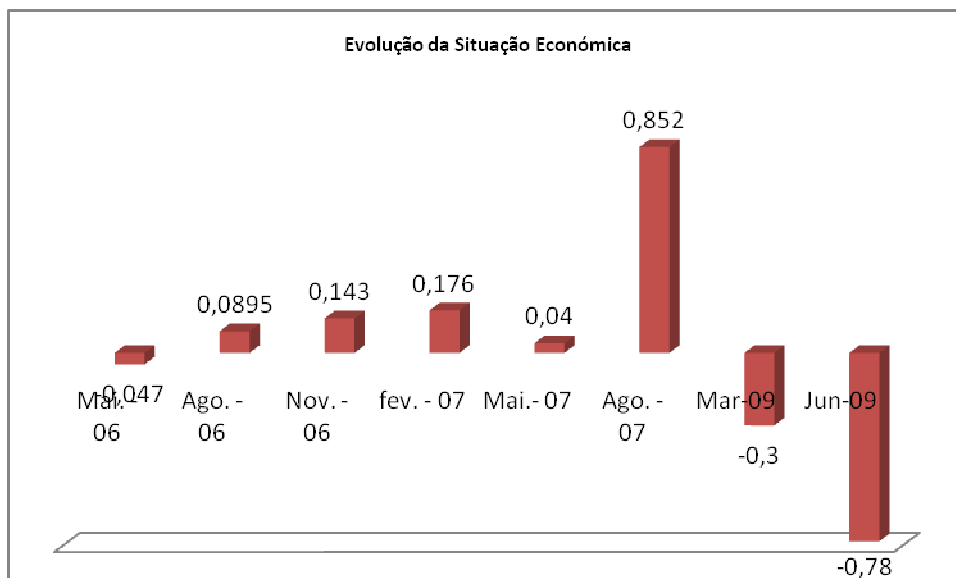
Confirmam-se os receios que os inquiridos manifestaram quanto às condições macroeconómicas prevalentes no segundo trimestre de 2009. Na verdade, o aumento significativo do *spread* cambial revela as dificuldades de obtenção de divisas no mercado bancário e a desvalorização ocorrida de 3,7% no valor externo do kwanza acabou por ter tido alguns reflexos no aumento de quase um ponto percentual na taxa de inflação.

Outro aspecto de relevo nas informações monetárias anteriores é relativo à quebra de 9,1% no stock de reservas internacionais, consequência dos efeitos da diminuição das exportações e do preço do barril de petróleo.

4.1.- Situação Económica

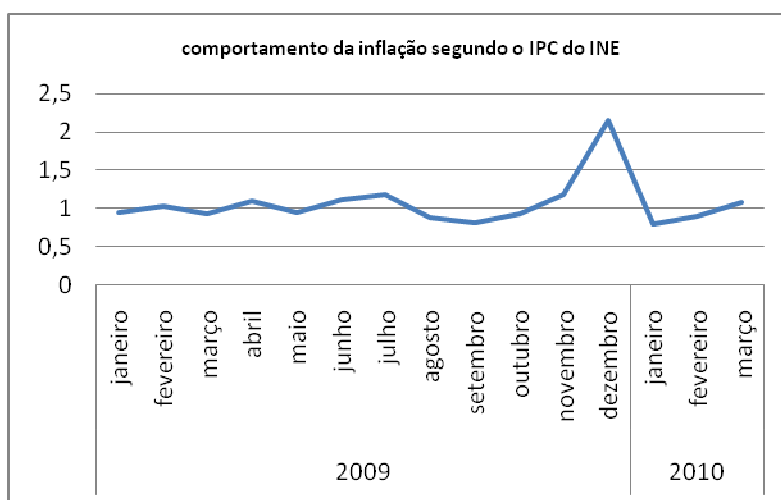
A situação económica retratada no Barómetro apresentou, entre Agosto de 2007 e Junho de 2009 um evidente agravamento, de acordo com a opinião dos inquiridos no *survey* da Universidade Católica. Na verdade, o valor do respectivo indicador passou de 0,852 para -0,78, com um valor igualmente negativo (-0,3) em Março de 2009.

O Indicador da Situação Económica tem 11 componentes, dos quais nove relacionados directamente com a política de estabilização macroeconómica, a de maior sensibilidade, no presente momento, dos agentes económicos privados.

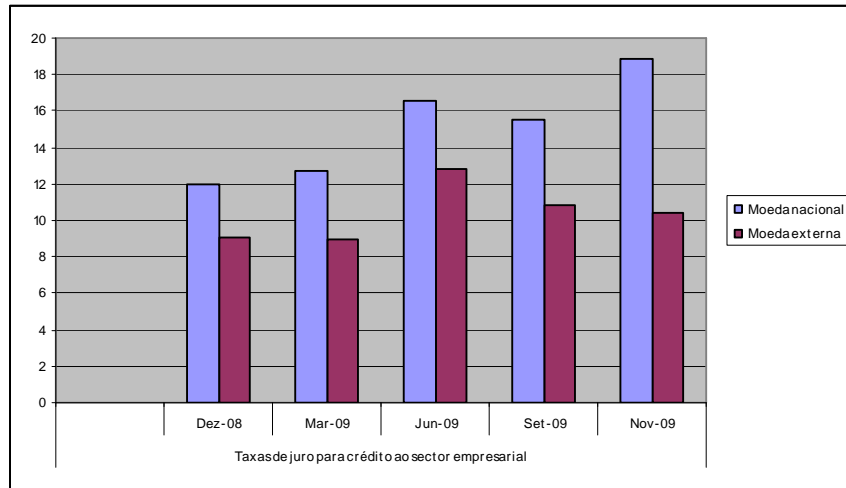


O Indicador da Situação Económica passou dum valor de 0,852 em Agosto de 2007, para -0,78 em Junho de 2009, tendo ajudado a esta significativa deterioração aspectos como:

* **A inflação** – segundo os dados do quadro anterior a taxa acumulada de inflação no segundo trimestre de 2009 foi de 6,2%, valor que para os agentes económicos abrangidos pelo Barómetro deve ter sido nefasto para o planeamento e a gestão dos seus negócios; na verdade, o indicador de inflação do Barómetro passou de 0,026 (Agosto de 2007) para -0,114 (-0,058 em Março de 2009), ou seja, uma influência muito negativa para o clima de negócios e a confiança na economia; as indicações sugeridas por esta sub-componente do Indicador da Situação Económica vão no sentido de se continuarem os esforços de contenção da subida geral dos preços em intervalos de menor amplitude, ainda que se compreenda que a grande intensidade do crescimento económico, por si própria, pode ser geradora de tensões sobre os preços dos produtos e dos factores de produção.

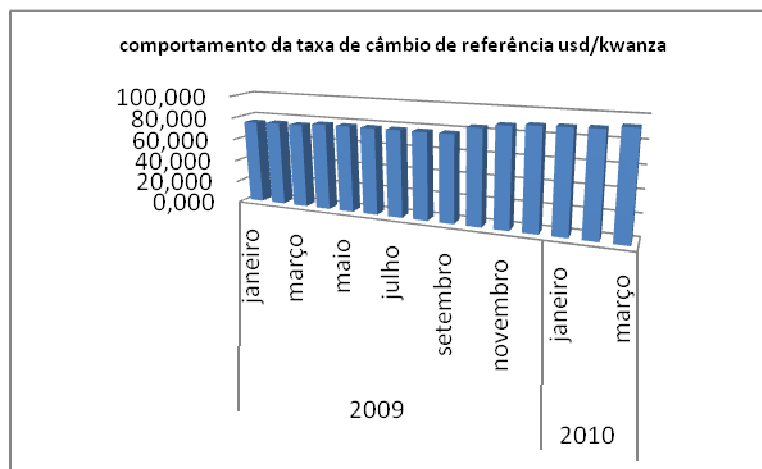


* **As taxas de juro activas** mereceram uma avaliação muito negativa da parte dos integrantes do Barómetro da Universidade Católica de Angola, contrastando com o comportamento sistematicamente positivo registado em períodos anteriores cobertos pela Barómetro (o valor mais elevado foi o de Maio de 2007); evidentemente que para o investimento privado pesa muito o nível do preço do crédito, tendo a política macroeconómica do Governo do primeiro semestre de 2009 contribuído para a criação de expectativas negativas para a actividade privada; o valor atribuído pelos membros do painel do Barómetro foi de praticamente -0,048 em Junho, contra 0,21 no último trimestre de 2007.



* **A taxa de câmbio** também exerceu um efeito negativo sobre o planeamento e a gestão dos negócios privados, particularmente na vertente de apreciação do preço da moeda externa; o valor médio ponderado atribuído pelos empresários a esta componente da situação económica foi de - 0,112 (contra 0,052 em Março de 2009 e 0,378 em Agosto de 2007). Uma evidente influência negativa na tomada de decisões de investimento privado a subida do *spread* cambial para mais de 12% no segundo trimestre de 2009.

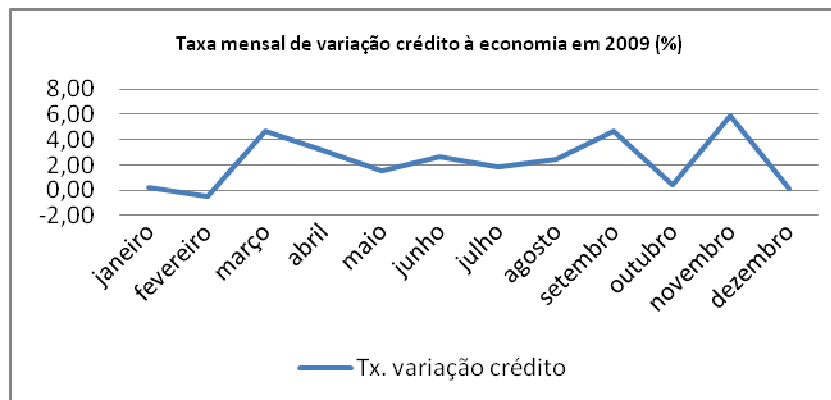
Os dados das estatísticas monetárias traduzem um comportamento ascendente do valor do dólar, conforme se verifica pelo gráfico.



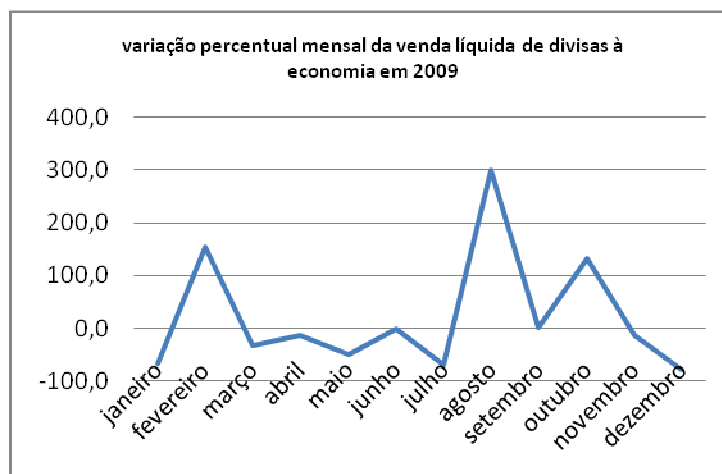
* **O acesso ao crédito interno** mereceu, da parte dos painelistas, uma apreciação negativa, como não podia deixar de ser, devido às elevadas taxas de

juro activas; esta opinião está consistente com a que os empresários entrevistados manifestaram com relação ao preço do dinheiro; dum valor positivo de 0,046 em Março de 2009, este indicador assumiu um valor negativo de - 0,038, justamente a assinalar as dificuldades de acesso ao crédito interno, pela via das taxas de juro e dos montantes disponíveis para empréstimos; face a estas opiniões não se compreende como é que o crédito ao sistema económico aumentou 7,6% de Março para Junho de 2009, segundo informações do BNA (o stock de crédito à economia foi estimado em 11912 milhões de dólares em Março e em 12813 milhões em Junho); provavelmente as queixas dos participantes do Barómetro da Universidade Católica de Angola têm mais a ver com a burocracia no acesso ao financiamento bancário, associado à falta de democratização das oportunidades de negócios; é bom lembrar que as pequenas e médias empresas são as mais penalizadas neste processo e que uma percentagem razoável de empresas inquiridas é de tamanho pequeno.

Segundo as estatísticas monetárias do BNA a variação percentual mensal do crédito à economia apresenta o comportamento espelhado no gráfico seguinte.



* **O acesso às divisas** igualmente mereceu uma apreciação muito negativa (-0,162), o que o torna, juntamente com a inflação, nos indicadores da situação económica a merecerem uma reprovação concludente dos empresários entrevistados, presumindo-se que tem sido cada vez mais difícil, devido às reformas introduzidas pela política de estabilização macroeconómica, aos empresários acederem a fundos externos para aquisição de matérias-primas e bens de capital no exterior; eventualmente a avaliação deste item só não foi mais desfavorável porque durante o segundo trimestre o Banco Nacional de Angola ainda vendeu, no mercado, um valor de 1,9 mil milhões de dólares.



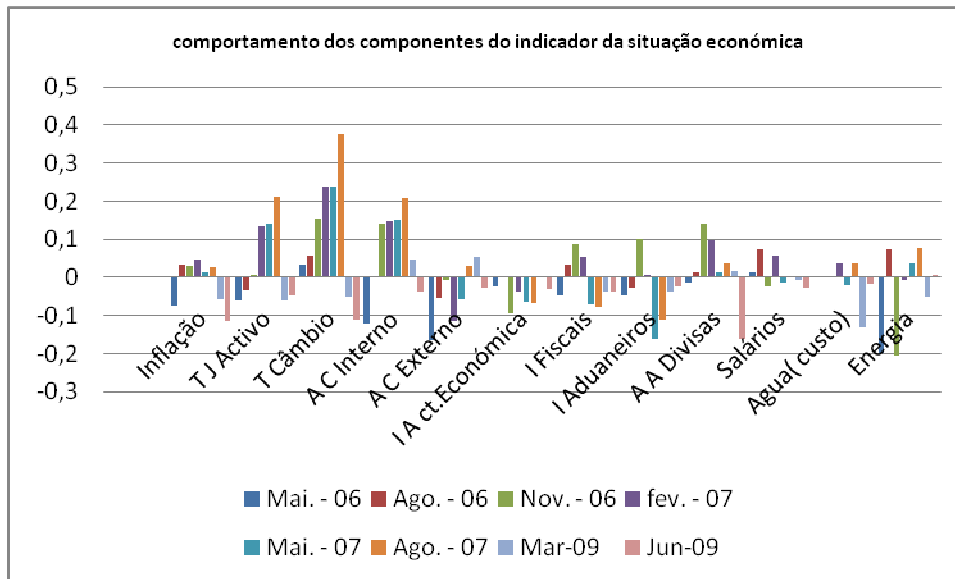
* **O acesso ao crédito externo** foi, igualmente, avaliado duma forma negativa pelos empresários inquiridos, tendo o respectivo indicador passado de 0,054 em Março, para -0,028 em Junho.

Outros indicadores da Situação Económica apresentaram, igualmente, uma apreciação negativa da parte dos empresários inquiridos. Os casos mais salientes são os **salários** médios pagos pelos empresários, a disponibilização de **electricidade e água** e o nível dos **impostos** (aduaneiros e sobre o rendimento de pessoas colectivas).

Relativamente ao fornecimento de água e electricidade, a apreciação não é só fortemente negativa no período coberto pelo inquérito, como se mantém assim desde que o Barómetro começou a ser elaborado. Entendem os empresários que o Estado tem de apressar a construção de redes de produção e distribuição de electricidade e água, de modo a que a produtividade industrial aumente e os custos de produção diminuam.

Relativamente aos salários, a perspectiva empresarial é a de que o seu valor médio é elevado, tendo em conta a produtividade média do trabalho. Uma possível forma de dirimir este constrangimento para os empresários – evidentemente que do ponto de vista dos trabalhadores os salários médios praticados na economia são baixos, tendo em conta o nível geral de preços dos bens de consumo – passa pela formação, reciclagem e aperfeiçoamento da força de trabalho nacional. Esta estratégia de valorização salarial tem sido aplicada pelo MAPESS em parceria com o sector privado. No entanto, a economia apela a uma quantidade muito maior de força de trabalho especializada e qualificada.

Quanto aos impostos, os empresários do Barómetro acham-nos muito elevados, a despeito das reformas já introduzidas no Código do Imposto Aduaneiro. Evidentemente, que esta opinião pode ter duas leituras: uma, a da defesa duma margem mais elevada de lucros, enquanto fonte de auto financiamento empresarial; outra, relacionada com a influência fiscal no custo de produção. O sentido geral das opiniões é o da necessidade duma reforma fiscal abrangente, isto é, sobre a base de tributação, as alíquotas dos impostos e o combate à evasão e fraude fiscal.



4.2.- Situação Social e Situação Política

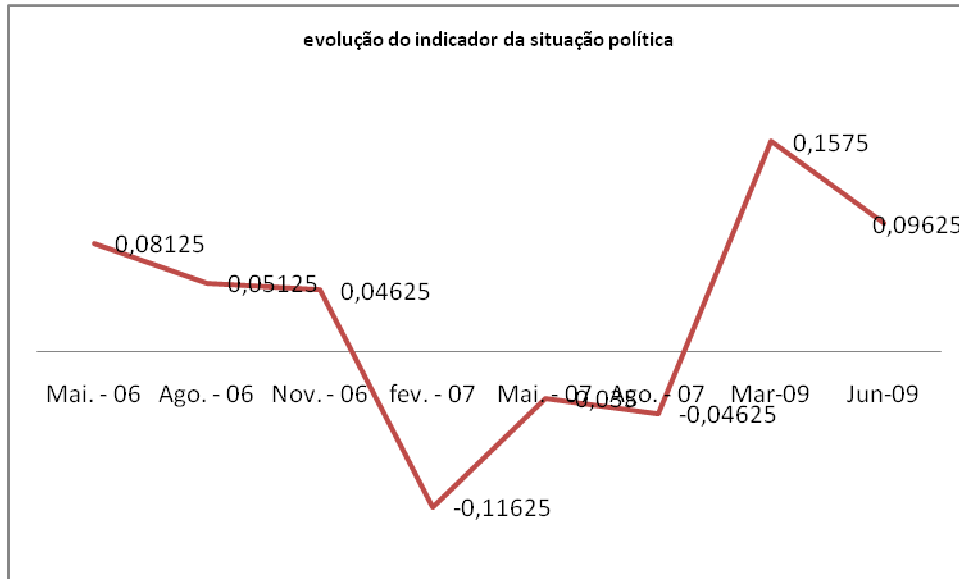
Os contextos sociais e políticos influenciam, cada vez mais, as decisões e os comportamentos microeconómicos e empresariais. Tem sido evidente, depois de Abril de 2002, que a pacificação do território atraiu investimento privado, possibilitou a livre circulação dos factores de produção, intensificou as trocas internas e melhorou, consideravelmente, o clima nacional de negócios.

Por outro lado, Angola, mesmo durante o período de guerra, caracterizou-se por uma certa estabilidade institucional, que saiu reforçada com o fim do conflito militar e o reforço das premissas duma sociedade democrática e multipartidária.

Acresce que o processo eleitoral de Setembro de 2008 correu bastante bem, reforçando-se a confiança nas instituições democráticas, a participação da sociedade civil e o alargamento do diálogo nacional. São representações essenciais para o clima de negócios e a atractividade do investimento privado.

Daí que os empresários reajam positivamente a estes contextos.

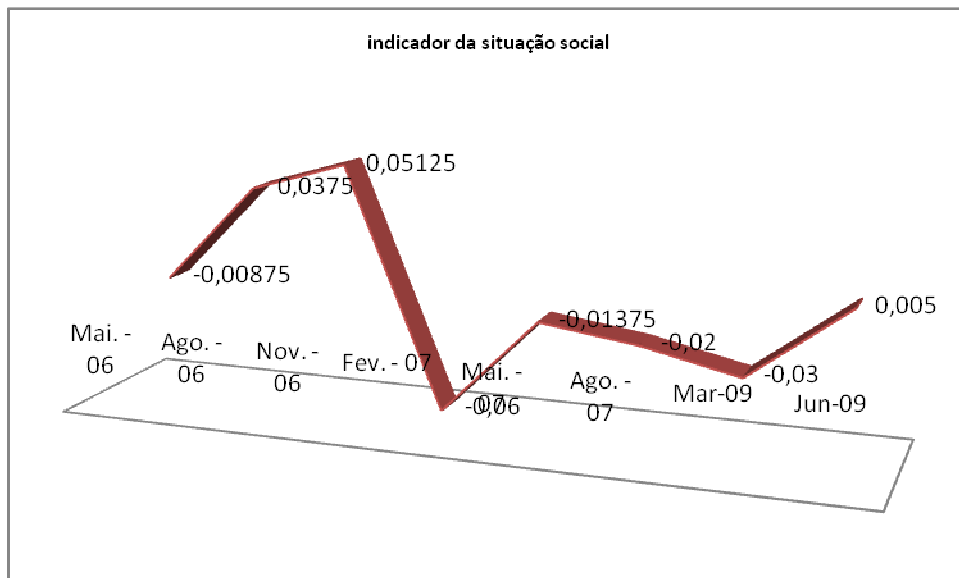
O indicador da situação política calculado para Junho de 2009 apresenta um valor positivo de 0,096, confirmando, portanto, da parte dos empresários, o clima de estabilidade política que se vive há uns anos a esta parte. Contudo, este indicador registou uma degradação de Março para Junho (0,1575 para o primeiro dos meses indicados, o mais alto desde que o Barómetro começou a ser elaborado), acomodando, provavelmente, o clima de incerteza que rodeou o processo de discussão sobre a nova Constituição e a modalidade das eleições presidenciais.



O indicador da situação social tem mostrado, sistematicamente, um valor negativo desde Fevereiro de 2007, apesar duma ligeira inversão registada em Junho de 2009 (0,005 no valor do indicador).

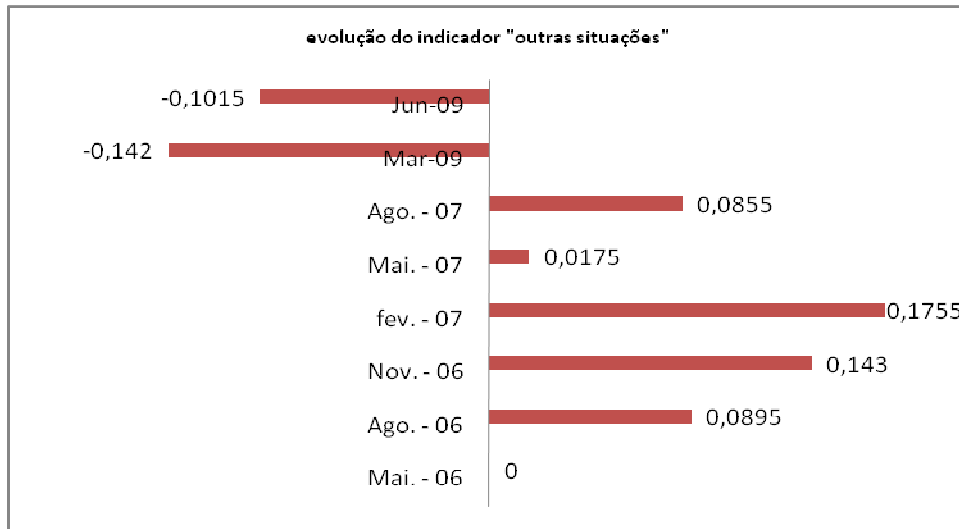
Quer isto dizer que, genericamente, os empresários consideram que as condições de vida da população não estimulam, como deveriam, a actividade empresarial. A condição de pobreza da população mereceu da parte dos agentes económicos alguma preocupação, porquanto a procura social por bens económicos acaba por se ressentir.

Outro aspecto retido é o da crescente marginalidade criminosa, particularmente na cidade capital, onde de resto, incidiu o inquérito de conjuntura. A segurança dos cidadãos e das empresas é uma condição essencial para um clima de negócios favorável e confiante.



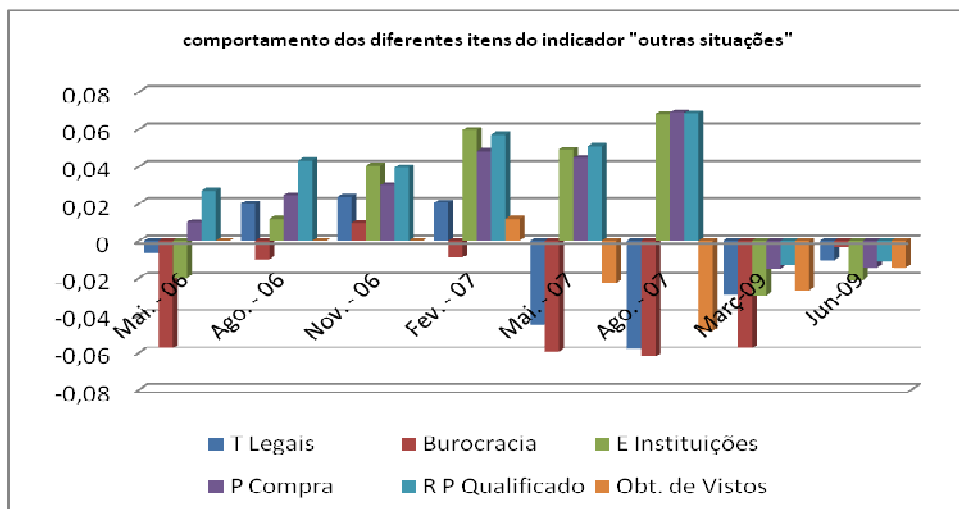
4.3.- Indicador de Outras Situações

Neste indicador são avaliadas situações de grande interesse para o desenvolvimento da actividade privada, tais como a burocracia, os trâmites legais, o poder de compra médio, o recrutamento de pessoal qualificado, a obtenção de vistos e a eficiência das instituições.



Durante o primeiro semestre de 2009 notou-se uma regressão no valor negativo deste indicador, registado em Março. Na verdade, a apreciação dos entrevistados com relação aos diferentes itens deste indicador melhorou, embora em Junho o valor sintético atribuído tenha sido de -0,1015.

É necessário analisar-se os diferentes itens para melhor se compreender a posição dos empresários.



Da análise do comportamento dos impactos dos seis *itens* que compõem o indicador “Evolução de Outras Situações” no clima de negócios das empresas privadas de direito angolano, não houve algum que apresentasse uma avaliação positiva. A burocracia (-0,003), a eficiência das instituições (-0,021) e a obtenção de vistos (-

0,0145) destacam-se com as mais elevadas quebras de confiança da parte dos empresários privados. Apesar dos esforços empreendidos pela Administração do Estado, no sentido de facilitar o exercício da actividade privada, parece que continuam a prevalecer situações de atropelo da livre iniciativa, com consequências sobre a motivação empresarial e o clima de negócios.

Continuaram prevalecendo dificuldades à constituição de novas empresas nacionais de direito angolano e uma relativa deterioração das expectativas que os empresários vêm depositando nos investimentos privados (nacionais e estrangeiros) realizados, pelas dificuldades que enfrentam no cumprimento dos **Trâmites Legais e Obtenção de Vistos** de entrada e autorizações de residência para os seus trabalhadores expatriados.

Outrossim, as dificuldades existentes no tratamento de documentos para iniciar o primeiro negócio, nomeadamente a obtenção de alvarás, e os elevados custos com os serviços prestados pelas Instituições Públicas com ele relacionadas, continua a pesar na decisão dos pequenos e médios empresários nacionais em não legalizarem os seus negócios, ou a contribuir para a perda de oportunidade em investir.

O impacto da **Burocracia** continua a reflectir o estágio do desenvolvimento do funcionamento das Instituições Públicas, carenciadas, a todos os níveis, de dirigentes e técnicos com competência para o exercício das suas funções.

5.- CONCLUSÕES

Desde Agosto de 2006 que o Indicador Sintético do Barómetro se expressa por um valor positivo e em determinados períodos (Agosto de 2007) muito elevado (0,874). Devido à crise financeira internacional e às medidas restritivas de crédito e acesso às divisas, esta situação alterou-se profundamente. O valor do Indicador Sintético do Barómetro foi de -0,3145 em Março e de -0,78025 em Junho de 2009. É uma indicação para as autoridades monetárias do país introduzirem os ajustamentos possíveis no funcionamento dos mercados de crédito e de divisas.

Os impactos negativos dos impostos, considerados excessivos, com reflexos igualmente negativos na taxa de inflação (efeitos do fenómeno de repercussão para diante dos impostos), são factores que contribuíram para que a confiança dos investidores privados na consistência da estabilização dos preços tenha saído “abalada” no período em análise.

Volta a sublinhar-se a importância que os participantes do Barómetro atribuem às infraestruturas, em particular as do domínio da electricidade e água, enquanto factores de optimização dos custos empresariais e, por arrastamento, da estabilidade do nível geral dos preços em limites mais baixos.

O ambiente geral para a realização de negócios continua, na opinião dos entrevistados, inquinado de burocracia, corrupção, exagerada tramitação legal e elevados custos administrativos. Os empresários mostram, assim, que têm noção do que é que deve ser um bom ambiente para a competitividade. De facto, este valor económico não depende apenas das estratégias microeconómicas e empresariais relacionadas com a racional utilização dos recursos de produção, sendo, igualmente, tributário da produtividade administrativa e dos sistemas correlacionados, como o da Justiça.

Luanda, Abril de 2010.

**Direcção do CEIC:**

Manuel José Alves da Rocha
Director
Salim Abdul Valimamade
Director –Adjunto

Investigadores do Núcleo

Albertina Delgado
Amália Quintão
Francisco Paulo
Alves da Rocha
José Quicanha
Milton Reis
Vera Daves

Colaboraram Neste número:

Albertina Delgado
Francisco Paulo
Jan Isaksen— CMI
Vera Daves
Alves da Rocha